

DOSSIÊ | AÇÕES AFIRMATIVAS NOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132057)

2179-0892.ra.2017.132057

Apresentação – Reflexões a partir da experiência do Museu Nacional

Aline Maia Nascimento

e Barbara Pimentel da Silva Cruz

📍 *Museu Nacional/UFRJ | Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

✉ *maia.aline.maia@gmail.com, barbarapscruz@gmail.com*

A representação desigual dos segmentos raciais no acesso a vários espaços de prestígio da sociedade brasileira, entre os quais a educação superior, revela de forma nítida as múltiplas facetas das expressões contemporâneas de racismo que impedem o pleno desenvolvimento de populações negras e indígenas no país. Embora a crítica a este modelo de organização social baseado em hierarquias racializadas de poder tenha sido amplamente apontada por pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais de modo geral, e na Antropologia em particular – haja vista os “Estudos das Relações Étnico-Raciais” e os da “Etnologia Indígena” –, é preciso questionar por que estes campos têm permanecido, salvo algumas exceções, impermeáveis à presença e à produção intelectual desses sujeitos que lhes servem de “objeto” de estudo.

O tema das ações afirmativas recebe destaque no cenário brasileiro por intermédio da luta social exercida por diversos segmentos dos movimentos sociais, em especial os movimentos negros, que impulsionaram o Estado a adotá-las no ensino superior. Trata-se de uma medida voltada a neutralizar os efeitos da discriminação racial, tornar significativa a representação destes grupos nos espaços de prestígio e garantir direitos por meio da promoção da igualdade racial.

As cotas raciais modificaram consideravelmente o perfil dos estudantes de graduação das universidades brasileiras. No entanto, nas demais esferas do ensino superior, marcadamente os programas de pós-graduação e os cargos de docência, é perceptível que negras e negros, assim como indígenas, permanecem em número bastante reduzido, nos fazendo constatar que as ações afirmativas ainda têm muitas funções a cumprir. Aproximadamente 15 anos de experiências acumuladas e bem-sucedidas de ações afirmativas, somadas às décadas de debates encabeçados pelos movimentos negros, apontam os caminhos que

podem ser aproveitados pelas pós-graduações país afora. O *velho-novo*¹ debate sobre as cotas não vai cessar enquanto não for capaz de extrair das instituições produtoras de conhecimento posições mais corajosas sobre suas funções sociais perante os grupos que ajudaram a subalternizar.

É evidente que a academia brasileira foi estruturada a partir de modelos epistemológicos eurocêntricos, garantindo ao segmento branco o monopólio da produção científica sobre o que é a realidade brasileira. Trata-se do que José Jorge de Carvalho (2006) muito bem nomeou como *confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro*: uma condição que há muito a classe intelectual negra, representada por figuras como Eduardo de Oliveira e Oliveira (1976; 2001), Beatriz do Nascimento (2006), Sueli Carneiro (2003; 2004; 2006), Hamilton Cardoso (1988) e outros, já apontava ao denunciar na Universidade de São Paulo (USP) os perigos oriundos do que Lewis Gordon (2006 *apud* Rabaka, 2010) denomina *epistemic closure*. Na esteira de Gordon, Rabaka (2010: 16) relaciona o *apartheid epistemológico* aos processos de racismo institucional que produzem uma espécie de quarentena do conhecimento em detrimento do pensamento anticolonial ou de uma práxis política produzida e apresentada por não-brancos. Nesse mesmo sentido, Ratts (2006) afirma:

Nesse campo não há nenhuma luta do bem contra o mal. Nem negros(as), nem brancos(as) são unívocos(as) em suas formulações. No entanto, na academia brasileira há uma barreira étnico-racial que se manifesta na baixa presença de homens negros e na quase ausência de mulheres negras no corpo docente. Apesar desse limite, alguns(umas) conseguiram ir adiante no meio acadêmico podendo ser considerados(as) intelectuais pelo delinear de sua atuação, pelo seu pensamento próprio, veiculado, em geral, a duras penas e, por serem assim considerados por leitores(as) e críticos(as).

No entanto, é perceptível como a produção acadêmica desses(as) pesquisadores(as) negros(as), incluindo Beatriz Nascimento, foi recusada ou refutada indiretamente por seus “pares” acadêmicos até o final da década de 1990. No caso dela, esse “esquecimento” se processa em paralelo ao seu maior período de profícua produção escrita e comunicada oralmente.

Evidencia-se aqui um problema de grande profundidade: a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira, permeáveis, portanto, aos mecanismos da “invisibilidade negra” semelhantes em outros âmbitos sociais. (Ratts, 2006: 31)

Assim, a comunidade negra se via impedida de contribuir com uma episteme destoaquela na qual o universo branco insistia em aprisionar a academia brasileira.

¹ Termo utilizado por Diogo Cirqueira (2016) para se referir às ações afirmativas, por ocasião da IX Jornada de alunos do PPGA-UFF, na “Mesa 4: Ações Afirmativas para negros/as e indígenas em programas de pós-graduação”. Como bem apontou Cirqueira, o velho debate se traveste de novo, e vice-versa, quando acionado em contextos de pós-graduação.

Para sermos mais precisas, nos referimos à Quinzena do Negro na USP de 1977, primeiro seminário organizado pela intelectualidade negra e para a intelectualidade negra na instituição. A plateia branca, diante da palestra sofisticada da conferencista Beatriz do Nascimento², parecia ainda não compreender por completo por que a luta de classes não era suficiente para a emancipação da população negra. Ora, a zona de conforto estava sendo chacoalhada pela voz da jovem pesquisadora negra “vestida de dourado, parecendo uma manifestação de Oxum em terra, audaciosa nas ideias, bela na imagem, ativa na interlocução” (Carneiro, 2006: 11)³. Os pesquisadores negros presentes na ocasião não se limitaram a refletir acerca do pouquíssimo número de intelectuais não-brancos nas instituições produtoras de conhecimento, mas desafiaram a maquinaria cognitiva e política do mundo social universitário apresentando, como destaca Ratts (2006: 28), “uma postura radical em face da academia e dirigida sobretudo aos intelectuais brancos que estavam à frente dos estudos de relações raciais, uma crítica ao teor dessa produção”. Em outras palavras, estavam fazendo na prática o que a “questão racial” nos força a interrogar constantemente, sempre que colocada em pauta nos espaços universitários: que tipo de conhecimento a academia produz? Para quem produz? Qual é a sua função social?

Nós temos direito a esta instituição, sobretudo esta aqui que é pública, e o fato de fazer [o evento] dentro da universidade é para que esta Universidade assuma a sua responsabilidade para formar mais negros. *Para que possam como Beatriz [do Nascimento], que passou por uma universidade, ir ao quilombo, à favela ou seja lá onde quer que for, dar os ensinamentos dela lá. Agora, sem uma universidade, sem um crédito, seria até impossível eu conseguir esta semana aqui porque eu seria apenas um negro. Hoje, depois de dez anos ou doze anos de trabalho, já me mandam entrar e sentar porque eu sou Eduardo de Oliveira e Oliveira, eu tenho um título, que não pretende ser doutor, que não se branqueou, mas que usa disso como instrumento de trabalho para poder se afirmar como negro e ajudar outros negros a se afirmarem como tal.* (Nossas ênfases. *Fala de Eduardo de Oliveira e Oliveira na Quinzena do Negro, na USP*)⁴

Sem dúvida, a luta pela despossessão do conhecimento, pelo acesso de negras e negros à academia e pela garantia da igualdade racial não começaram com a Quinzena do Negro na USP. O “Manifesto à nação brasileira”, documento final da Convenção Nacional do Negro, ocorrida em 1945, já ousava reivindicar que o Estado brasileiro garantisse o acesso da população negra a todos os níveis de educação do país⁵. Utilizando um método diferente de outras vertentes ativistas de sua época, o que aqueles pensadores fizeram na USP em 1977 foi uma reivindicação *desde dentro*, fazendo de sua condição racial um *instrumento de trabalho* e

2 A conferência está registrada no documentário *Orí*, de Raquel Gerber (1989), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DBxLx8D99b4&t=606s>> Acesso: 28 de Janeiro de 2017.

3 A Sueli Carneiro estava na plateia quando Nascimento palestrava na Quinzena do Negro. Em seu prefácio ao livro de Alex Ratts (2006) sobre a trajetória de Beatriz do Nascimento, a autora retorna à memória daquele “momento mágico de afirmação de uma mulher negra como sujeito do conhecimento sobre o seu povo”.

4 Trecho retirado do documentário *Orí* (Gerber, 1989), que conta com textos e narração de Beatriz Nascimento.

5 “Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares” (Vários autores *apud* Nascimento, 1968: 60).

análise intelectual. Ainda que recaísse sobre eles e elas a suspeita de não estarem atingindo uma objetividade científica universal, foi a autoridade da consciência subalterna que os protegeu. Trata-se do outro lado da mesma moeda citada por Clifford (2001), quando o autor desenvolve a noção de autoridade etnográfica sob o escopo do famoso “eu estive lá”. O modo com que estes expoentes da intelectualidade negra se colocaram foi capaz de legitimar um discurso sobre a realidade, não somente pelo escopo do “eu estive lá” como também do “eu sou o lá”.

O dossiê apresentado a seguir está incluído no esforço de reconduzir esta questão inacabada, visto que as experiências de ações afirmativas na pós-graduação reacendem o debate em suas mais amplas consequências, pois apontam caminhos *desde dentro*, ou seja, no seio da produção intelectual brasileira. Os textos que se seguem derivam de apresentações orais realizadas por ocasião do evento “Universidade, inclusão social e luta contra a desigualdade: contribuições da Antropologia do PPGAS/Museu Nacional”⁶, na Mesa 1: “Universidade e ações afirmativas”, logo após a mesa de abertura do evento que contou com a presença do reitor da UFRJ, Roberto Leher.

Se cada um dos textos aqui reunidos tem uma trajetória peculiar, sua publicação em conjunto ganha novos significados. De forma agregada, relatos que num primeiro momento poderiam ser tidos apenas como fatos isolados ganham proporções analíticas mais abrangentes quando lidos sob uma mesma perspectiva: o enfrentamento da questão racial nas pós-graduações. Apesar da temática racial ter se alterado significativamente com a ampliação dos debates em decorrência da entrada de um alunado negro e indígena na graduação via ações afirmativas, há ainda muito o que se pensar sobre o tema. Como um dossiê pioneiro em reunir experiências de pós-graduação, pretende-se avançar numa discussão que está longe de terminar.

Apresentados em conjunto, tanto no evento que os originou, como aqui, os textos desenrolam fios de narrativas que nos levam a perceber as ações afirmativas como uma possibilidade de encontro, trajetórias que se cruzam e se transformam mutuamente, tendo como ponto de convergência a seleção afirmativa em uma pós-graduação. Marcio Goldman e Gabriel Banaggia explicitam o percurso que levou à aprovação das ações afirmativas no PPGAS/Museu Nacional, demonstrando a importância da tomada de atitude diante daquilo que se percebia como intolerável. Seu artigo traz uma contribuição essencial para os programas de pós-graduação, em Antropologia e outras áreas que queiram adotar o mesmo caminho, permitindo-se perder o medo da pluralidade de vozes e enfrentar, de uma maneira propositiva, a *vergonha de ser um homem* incrustada por uma universidade ainda marcada pelo racismo. Os textos dos doutorandos em Antropologia Social Anderson Pereira, negro e paraense, e Nelly Duarte,

⁶ O evento ocorreu no Colégio Brasileiro de Altos Estudos entre 23 e 25 de setembro de 2015, a pedido da Fundação Ford.

indígena da etnia Marubo do estado do Amazonas, ambos à época mestrandos do PPGAS/Museu Nacional, oferecem uma amostra dos muitos obstáculos enfrentados pela esmagadora maioria da população do país para ter acesso ao ensino superior. São barreiras de diversas ordens, mas que passam sobretudo pela exclusão dos corpos e das mentes negras e indígenas dos espaços acadêmicos, exigindo de certos sujeitos esforços descomunais para alcançar aquilo que é oferecido com alguma tranquilidade a alguns poucos – lembrando-nos da máxima que diz que qualquer um pode chegar lá, mas não todos. Essa ideia, talvez agradável aos que defendem uma concepção de meritocracia que ignore as disparidades de competição, só evidencia que os recortes feitos nos processos seletivos nada têm a ver com a alegada capacidade de produzir conhecimento. Ambos os textos comprovam que a entrada na universidade, aberta “na marra” pela força de múltiplos braços, é conquista coletiva, com desdobramentos em tantos níveis que talvez não seja possível quantificá-los.

Reúnem-se aqui múltiplos olhares – de docentes e discentes, brancos e não-brancos – sobre a recente realidade de acesso negro e indígena a programas de mestrado e doutorado em algumas universidades brasileiras. São perspectivas importantes para sugerir não só alternativas metodológicas e jurídicas, como também panoramas intimistas da questão racial à brasileira. Os textos reunidos neste dossiê apontam caminhos para a efetivação do potencial que as ações afirmativas oferecem para a construção de um ambiente acadêmico mais aberto e plural, despido da blindagem epistêmica e do racismo que ainda o assombra. A tomada para si de responsabilidade diante do quadro de desigualdades raciais que se apresenta permite à Universidade se livrar do *perigo da história única* de que fala a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009). Por participarmos não como espectadoras, mas como produtoras das lutas em prol das ações afirmativas, nos situamos no papel de “mães” e também “filhas” desta política pública; como pessoas duplamente marcadas por circunstâncias muito próximas das descritas em trechos destes documentos. Esperamos, portanto, que o panorama apresentado neste dossiê estimule reflexões e contribua para o avanço das ações afirmativas em programas de pós-graduação em todo o país.

Aline Maia Nascimento é doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS-Museu Nacional/UFRJ e Mestra em Antropologia pela UFF.

Barbara Pimentel da Silva Cruz é mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS-Museu Nacional/UFRJ e Advogada formada pela FND/UFRJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda

2009 *The Danger of a Single Story*. TEDGlobal. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story> Acesso em 28 de janeiro de 2017.

CARDOSO, Hamilton

1988 *História recente: dez anos de movimento negro*. Teoria & Debate, n. 2. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

CARNEIRO, Sueli

2006 “Prefácio”. In RATTI, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza.

2004 “A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista”. In MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do negro no Brasil. Vol. 1. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília, Fundação Cultural Palmares/MinC, p. 286-336.

2003 “Mulheres em movimento”. *Estudos Avançados*, vol.17, n. 49:117-133.

CARVALHO, José Jorge

2006 “O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68: 88-103.

CLIFFORD, James

2001 “Sobre a autoridade etnográfica”. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.) CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, p.17-58.

GERBER, Raquel (Dir.)

1989 *Ori*. São Paulo, Angra Filmes, 90 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DBxLx8D99b4&t=606s>> Acesso: 28 de Janeiro de 2017.

MUNANGA, Kabengele

2000 *Cem anos de bibliografia sobre o negro no Brasil (vol. II)*. Brasília, Fundação Cultural Palmares.

NASCIMENTO, Abdias do

1968 *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, Edições GRD.

NASCIMENTO, Beatriz

2006 “Parte 2 – É tempo de falarmos de nós mesmos”. In RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza, p. 91-129.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e

2001 “Uma quinzena do negro”. In ARAÚJO, Emannel (Curadoria). *Para nunca esquecer: negras memórias, memórias de negros*. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares.

1976 “Movimentos políticos negros no início do século XX no Brasil e nos Estados Unidos”. In GTAR. *Caderno de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, p. 06-09.

RABAKA, Reiland

2010 *Against Epistemic Apartheid: W.E.B. Du Bois and the Disciplinary Decadence of Sociology*. Lanham, Maryland, Lexington Books.

RATTTS, Alex

2006 *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza.